



Desafios pós 8º Fórum Mundial da Água é debatido na FIESP

Em comemoração ao dia mundial da água, Fiesp e Ciesp promoveram o seminário “Desafios pós 8º Fórum Mundial da Água” para avaliar os reflexos ao setor industrial das discussões promovidas no 8º Fórum e ações necessárias frente a políticas públicas e privadas para assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água, respeitando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030 da ONU.

O evento contou com a participação do presidente do Conselho Mundial da Água e do Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, e do Secretário Adjunto de Agricultura e Pecuária, Rubens Rizek, além de especialistas do setor produtivo e de organizações não governamentais.

No evento, também ocorreu o lançamento, em São Paulo, do Manual de Uso Racional de Água no Setor Industrial. O manual oferece subsídios e ferramentas para que o setor industrial possa ampliar a adoção de boas práticas de reutilização e reúso de água. **Pág. 02**

No radar

Pág. 16

Diplomas recentes

Pág. 18

Agende-se

Pág. 24

Monitore

Pág. 25

Destaques dessa edição

Manual de Uso Racional de Água no Setor Industrial

Pág. 5

13ª Edição do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água

Pág. 6

8º Fórum Mundial da Água – Compartilhando água

Pág. 8

Liminar contra mudança no cálculo do licenciamento ambiental

Pág. 11

Revisão da Resolução CONAMA nº 03/1990

Pág. 13

Aconteceu

Seminário Desafios pós 8º Fórum Mundial da Água

Em comemoração ao dia mundial da água, Fiesp e Ciesp promoveram o seminário Desafios pós 8º Fórum Mundial da Água para avaliar os reflexos para o setor industrial das discussões promovidas pelo 8º Fórum e as ações necessárias frente a políticas públicas e privadas para assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água, respeitando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030 da ONU.

Na abertura do evento, Nelson Pereira dos Reis, diretor titular do Departamento de Desenvolvimento



Sustentável (DDS) da Fiesp e da Diretoria de Meio Ambiente do Ciesp exaltou o tom inclusivo do oitavo Fórum Mundial da Água e destacou que a garantia da segurança de disponibilidade de água para as atuais e futuras gerações é uma das metas do objetivo 6 (água potável e saneamento) dos ODS, não obstante seja também um tema que perpassa pelos outros ODS. Nelson ressaltou que há 14 anos a Fiesp promove o debate aprofundado do tema e afirmou que é fundamental a interação e parceria de todos os atores envolvidos.

Walter Lazzarini, presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema), salientou que 250 milhões de pessoas morrem por ano devido ao consumo de água imprópria e que metade da população mundial vai viver em regiões sem abastecimento adequado. Lazzarini ressaltou que os ODS, em alguns casos, são de difícil execução, como alcançar em 2030 o acesso à água para todos, e já em 2020 recuperar e preservar fontes de água. O maior dos desafios é conseguir cumprir esses objetivos com o escasso tempo disponível, afirmou Lazzarini.

Stela Goldenstein, Representante da 2030 Water Resources Group, lembrou que além da dificuldade de atingir as metas, haverá riscos para a atividade produtiva caso não se consiga avançar na questão. Ter toda uma estrutura temática ligada a negócios foi novidade importante do 8º Fórum, dali saindo um compromisso empresarial pela água. Não é discussão simplesmente da área de meio ambiente, é uma discussão de todas as áreas produtivas, afirmou. Investimento, racionalidade de uso, novos negócios, e o melhor de tudo, aumento de produtividade, são implicações dos trabalhos necessários para atingir as metas.

Rubens Naman Rizek Junior, secretário de Estado Adjunto de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, destacou que o tema da água será essencial no balizamento de qualquer decisão pública ou privada.

Benedito Braga, presidente do Conselho Mundial da Água e Secretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, ressaltou a capacidade da Fiesp em entender o futuro e pautar discussões de temas essenciais para o desenvolvimento da indústria e do país como um todo.

Rafael Cervone Neto, 3º vice-presidente da Fiesp e do Ciesp enfatizou “Toda indústria tem relação intrínseca com a água”. Precisamos mobilizar as pessoas, afirmou. “Não adianta só a tecnologia.”

Perspectivas e desafios após 8º Fórum Mundial da Água

Benedito Braga, secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos e presidente do Conselho Mundial da Água, explicou que o Fórum Mundial da Água é um processo, não um evento, destacando que na edição brasileira, além dos temas tradicionais foi acrescentada a sustentabilidade. “Clima, pessoas, urbanização crescente, desenvolvimento, ecossistemas e financiamento, os temas definidos como essenciais, e os temas transversais deram a estrutura temática de 300 sessões técnicas do fórum, cuja ideia é fazer a ligação dos técnicos com os tomadores de decisão”. Ministros de 56 países, que participaram do evento, emitiram uma declaração conjunta sobre o tema.



Braga defendeu o aumento da capacidade de reserva para enfrentar períodos de seca mais intensa, aproveitando períodos de chuva mais forte. E fez um alerta: “se não conseguirmos motivar a classe política para a importância do tema será muito difícil implantar qualquer política que os técnicos considerem importante”.

Rubens Naman Rizek Junior, secretário de Estado Adjunto de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, relatou que participou do Fórum Mundial da Água e se disse muito impressionado com a mobilização em torno dele. Em relação



ao uso agrícola da água, disse que é preciso relativizar os números sobre o consumo. No caso da irrigação, por exemplo, a maioria da água volta para a própria bacia hidrográfica de onde foi retirada. Lembrou que o grande reservatório é a própria bacia, o solo, e o Estado de São Paulo tem se destacado na preservação disso, com os Programas Microbacias e Nascentes.

Giuliana Chaves Moreira, da The CEO Water Mandate e Rede Brasil do Pacto Global, listou eventos conjuntos promovidos por ambos, com destaque para o Water Business Day, em 18 de março, durante o Fórum.

Gustavo Goretti, assessor técnico da Confederação

da Agricultura e Pecuária (CNA) do Brasil destacou a participação política no 8º Fórum. Descreveu o projeto Biomas, para mostrar na prática aos produtores como recuperar suas áreas com o menor custo. Goretti defendeu a construção de represas, apesar do impacto local, depois recuperado. No pós-Fórum, a CNA espera que aumente a cooperação entre os setores, disse.

Samuel Barreto, gerente nacional de água da The Nature Conservancy Brasil (TNC), destacou as anomalias e extremos climáticos que devem ficar mais intensas e frequentes. Outro aspecto importante é a contabilidade da água, com aumento da demanda em relação à sua oferta. O terceiro ponto debatido foi a existência somente de prognósticos negativos. A lição tirada disso tudo é que não é possível fazer mais do mesmo, sendo necessário um trabalho em conjunto, ressaltou.

Governança da água no setor industrial

O segundo painel do seminário focou na apresentação de cases do setor industrial com foco em Governança da Água. Painel moderado pelo 3º vice-presidente da Fiesp e do Ciesp, Rafael Cervone Neto, que salientou o grande compromisso com o cumprimento dos ODS e a importância da água como grande influenciadora das transformações na indústria.

Cervone explicou que na área de confecção quase 90% do uso da água não está no processo industrial, mas na lavagem da roupa. Exemplificou a importância da evolução tecnológica para o uso eficiente da água, mencionando os tecidos desenvolvidos para soldados na guerra do Iraque,

com biopartículas biodegradáveis, que permitem usar mais vezes a mesma roupa sem lavar. Há empresas que já contam com camisas que podem ser usadas até 300 vezes, apesar das resistências culturais. A tecnologia aponta para roupas que não amassam e meias que também estão aptas a usos contínuos, contando com ajuda do café para eliminação de odores, ou seja, tecidos autolimpantes. No Brasil, há predomínio do algodão, por conta do clima, cabendo destacar que o algodão brasileiro é um dos poucos que não precisam de irrigação. Só depende de chuva, diferentemente dos concorrentes, sinalizou Cervone.

Daniela Gil Rios, gerente de Relações Governamentais da Procter & Gamble (P&G), lembrou a presença da marca em mais de 70 países, "Com mais de 4,6 bilhões de consumidores/dia, reunindo dez marcas e mais de 30 anos no Brasil, a P&G está presente em 94% dos lares", disse. Em termos de inovação, 7 mil cientistas espalhados pelo mundo repensam os produtos e os investimentos chegam à casa de US\$ 2 bilhões/ano em pesquisa e inovação. Entre as metas globais destacam-se a diminuição do consumo de água em 20% por unidade de produção até 2020; tratar internamente a água com o mínimo de envio de efluentes para fora da companhia; maximizar o reúso com perspectiva de aumento de 20% até 2020.

Daniela Gil Rios enfatizou um produto 100% social que se iniciou no mundo, em 2004, e, no Brasil, em 2014, com o sachê água pura, desenvolvido por pesquisadores e que atende um bilhão de pessoas que se utilizam de águas impróprias. O sachê, produzido em uma única fábrica e distribuído gratuitamente em 85 países, contém 4g e purifica 10 litros de água em 30 minutos, evitando diversas doenças e propiciando mais qualidade de vida. No Brasil, ela citou experiência no Vale do Jequitinhonha, que agrega 75 municípios e 980 mil habitantes, 75% deles em área rural. O solo é castigado por secas e enchentes e o acesso à água é escasso. Ao citar o impacto em 9 cidades, 175 comunidades, 86 escolas rurais, com o apoio da Child Fund Brasil, houve melhora sensível na saúde e na educação.

A Raízen apresentou o pioneirismo em integrar a produção com a distribuição e comercialização do etanol proveniente da cana-de-açúcar. José Orlando Ferreira, gerente da Qualidade Integrada da empresa, lembrou que se trata de joint-venture entre Shell e Cosan e o resultado é portfólio de produtos que levam açúcar em sua composição, passando por postos de combustíveis, indústria farmacêutica e os setores de bebidas e cosméticos.

Ferreira citou o exemplo do programa ReduSa, com a divulgação de programas internamente, monitoramento e definição de metas. Ao citar a gestão corporativa, há preocupação com a melhoria dos índices, que dependem de boa medição das vazões e conhecimento dos balanços hídricos, além de gestão e monitoramento online, para a construção de um painel hídrico, pois assim surgem oportunidades para redução da água e a instalação de um projeto-piloto que depois será compartilhado com as demais unidades.

O ReduSa conta com metas anuais, reunião de engajamento dos times, estabelecimento de metas e divulgação dos programas que alcançam desde refeitórios até áreas de convivência. Em termos de resultados, destacam-se 200 mil m³/h de água recirculada em torres de resfriamento e redução da captação de 9 bilhões de litros de água, em três anos de programa ReduSa. Não é só economia de água, mas também energética: 89 mil megawatts, o suficiente para abastecer em um ano 45 mil residências.



Novo Manual de Uso Racional de Água no Setor Industrial

O objetivo do *Manual de Uso Racional de Água no Setor Industrial* é oferecer subsídios e ferramentas para que o setor industrial possa ampliar a adoção de boas práticas de reutilização e reúso de água.

O Manual traz sugestões de procedimentos para a captação de água da chuva, aproveitamento de água de caldeiras, reaproveitando-se inclusive o condensado. No capítulo de água de utilidades foram abordados os principais aspectos de funcionamento e os monitoramentos e controles necessários para sistemas de resfriamento, geração de vapor, reúso de água de condensado.

Outro aspecto importante é a governança do uso da água nas atividades produtivas com suas principais iniciativas: avaliação inicial; desempenho operacional; avaliação de condições locais e entendimento dos impactos; identificação de riscos e oportunidades; definição de plano de ação e metas; monitoramento e comunicação do desempenho.

Sob os aspectos institucionais, o manual aborda a legislação de recursos hídricos, a gestão descentralizada e participativa com os instrumentos das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos: planos de bacias; enquadramento; outorga; cobrança e sistema de informações de recursos hídricos.

A Fiesp já produziu outros materiais para internalizar esse tema junto ao setor produtivo, pois há poucas publicações sobre como fazer e a indústria é fornecedora de soluções, pontuou a gerente do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp, Anícia Pio. “Este será um guia nacional, importante para setores sensíveis, tais como alimentos e fármacos, que precisam de água com excelente qualidade em sua planta”, frisou.

“Não é só fazer a lição dentro da sua fábrica, mas também junto a fornecedores e verificar se estão ou não em áreas de estresse hídrico com seus riscos inerentes”, disse.

Para o diretor titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, a indústria não é problema, mas a solução e tem trabalhado em prol da sustentabilidade, em função dos insumos escassos, além de produzir produtos com mais confiabilidade.

Em termos ambientais, a Fiesp e o Ciesp estão presentes nos Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Estadual e Federal, representando a indústria em mais de 200 fóruns ambientais.



Clique no link

<https://goo.gl/oSvBgi>

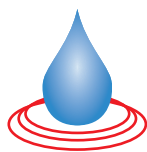
13ª Edição do Prêmio de Conservação e Reúso de Água



A Procosa, fábrica da L'Oréal na cidade de São Paulo, venceu a 13ª edição do Prêmio de Conservação e Reúso de Água da Fiesp na categoria das indústrias de médio e grande porte. Entre as empresas de pequeno porte, a ganhadora foi a Metalúrgica Inca de Mococa/SP.

O Prêmio de Conservação e Reúso de Água prestigia as indústrias que adotam boas práticas e projetos voltados à água. Em 2018, inscreveram-se 19 empresas na categoria médio e grande porte e 6 entre as de micro e pequeno porte, totalizando 25 projetos inscritos. Os cases vencedores estão detalhados na página do Prêmio Água.

Desde 2006, já foram inscritos 261 projetos de 185 empresas participantes, com investimentos superiores a R\$ 857 milhões e economia de água de 130.972.975 m³/ano. O reúso é praticado por 82% das empresas participantes. Nelson Pereira dos Reis, diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), lembrou que o Prêmio foi instituído em 2002, quando ocorreu a primeira crise hídrica, como iniciativa de apoio às empresas.



Na categoria médio/grande porte o primeiro lugar coube à **Procosa (L'Oréal)**, com o projeto Visão Fábrica Seca – uma abordagem para redução do consumo de

água, em sua fábrica Procosa, na capital (SP). A L'Oréal está presente em mais de 130 países é líder mundial no setor de beleza e acumula mais de um século de atividade, estando presente no Brasil desde 1959.

Ao longo de cinco anos, foram investidos cerca de R\$ 980.000 no Projeto ganhador, com o intuito de reduzir o impacto ambiental em suas atividades, bem como o consumo de água na cadeia produtiva, tanto proveniente da rede pública quanto de mananciais

superficiais e subterrâneos, além da redução do consumo específico de água, por unidade de produto e incremento do reúso.

O projeto foi colocado em prática na fábrica Procosa, unidade com mais de 44 mil m² de área construída, voltada à fabricação de produtos cosméticos, como shampoos, condicionadores e maquiagem. Na planta, um dos maiores consumos de água se dava nas torres de resfriamento utilizadas no sistema de água gelada proveniente de compressores com condensação de água, que mediante as diretrizes do projeto, foram substituídos por compressores com condensação a ar e alta eficiência energética.

Outro ponto de atuação foi o reúso de água de osmose utilizada nos produtos. O processo é constituído por células de ultrafiltração, que descartavam aproximadamente 40% da água que entrava no sistema. Com a instalação de novos tanques e tubulações, foi possível reaproveitar 100% da água, ora descartada, que se destina agora às lavagens em áreas do processo e uso em vasos sanitários. Também foram instalados mictórios ecológicos – que não utilizam água e que contém dispositivo que elimina odor.

O projeto também contou com a instalação de redutores de consumo na totalidade das torneiras dos banheiros da unidade. Essas ações se complementaram com a instalação de hidrômetros online para detectar os principais







consumidores e possíveis vazamentos na rede de distribuição. Também se alterou a sequência de produções, dispensando lavagens e sanitizações entre lotes de fabricação.

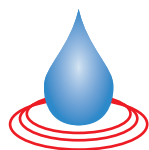
A fim de envolver os colaboradores e terceiros para desenvolver a cultura de sustentabilidade, em 2017 entrou em operação a “Casa Verde”, na qual se pôde visualizar as boas práticas sustentáveis no ambiente familiar. Tendo como baseline, o ano de 2005, os resultados obtidos são significativos: redução de 45% da quantidade de água utilizada para produzir uma unidade de produto (litros/unidade) em 2017; média de redução anual de 58.000 m³ de água nos últimos 03 anos (2015 a 2017) e o reaproveitamento de 100% de água de osmose.

Esta foi a primeira vez que a L'Oréal Brasil se inscreveu no Prêmio de Conservação e Reúso da Fiesp e já sai como vencedora. De acordo com Thiago Ferreira de Aquino Ramos, gerente corporativo de saúde, segurança e meio ambiente da L'Oréal Brasil, o objetivo do projeto ganhador foi diminuir a pegada hídrica em suas operações, em função do compromisso com a conservação de água, redução de CO₂ e redução da geração de resíduos. “Como a água é um insumo essencial na Procosa, o desafio é sempre reduzir o seu uso”, disse.

De acordo com Eduardo Pinheiro, coordenador de meio ambiente da planta de São Paulo, em 2019 será instalada nova estação de tratamento, também como apoio ao reúso, em continuidade do Projeto de transformação da Procosa em fábrica seca, ou seja, zerar o consumo de água (exceto a usada no tratamento diferenciado na produção e no consumo humano), contando-se com circuito fechado.

Menções Honrosas na categoria média/grande porte:

-  General Motors (São Caetano do Sul/SP) – Conservação e Reúso de Água
-  Companhia Brasileira de Alumínio (CBA, em Alumínio, SP) – Progressos no tratamento de água industrial e no uso de água no processo produtivo do alumínio para redução de captação de água nova
-  Raízen Energia – Reúso de águas na Raízen traz mais energia – na unidade Maracaí - Assis, SP
-  Avon – Projeto Renovare Aqua – São Paulo/SP



Na categoria pequeno porte a vencedora foi a **Metalúrgica Inca** – Economia de água no setor de injeção (Mococa, SP).



Trata-se de uma empresa com foco voltado ao projeto, desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos estampados em aço; injetados em alumínio e zamac, sob pressão; acessórios injetados em plástico; e galvanização dos produtos. O objetivo do projeto foi de reduzir o volume de água potável utilizado no processo de Injeção, com aquisição de novo equipamento. Com o novo sistema, economizou-se aproximadamente 80% do volume utilizado de água potável e também energia elétrica. O payback previsto em até 15 anos se soma aos ganhos com produção e manutenção. A injetora de plástico adquirida requer menor volume de água potável em seu processo.

A Inca participa há dez anos do Prêmio de Conservação e Reúso de Água da Fiesp e neste período conquistou o



primeiro lugar em três oportunidades, além de três menções honrosas, como enfatizou Riad Xavier Jauhar, diretor da empresa. Ele explicou que houve a substituição de uma máquina antiga de resfriamento do molde, pois a água era descartada por completo. Foi feita a aquisição de novo equipamento e também de um resfriador de água, permitindo que o processo ocorra em circuito fechado, sem necessidade de descarte ou descontaminação. A empresa considerou o investimento realizado, próximo a R\$ 20.000,00, relativamente baixo, conforme sua análise de viabilidade técnica e econômica, demonstrando que é possível buscar soluções funcionais e criativas, inclusive em pequenas empresas.

Menções Honrosas na categoria pequeno porte:

-  Eco Panplas Indústria e Comércio de Plásticos (Hortolândia, SP) – Uma solução sustentável para a reciclagem das embalagens plásticas contaminadas com óleo.
-  Planeta Ecco produtos químicos (São Paulo/SP) – Redução do consumo de água em lavanderias através da implementação de sistema de reúso de baixo custo.



**Conheça os cases vencedores.
Clique no link:**

<https://goo.gl/4aSfMA>

Setor produtivo no 8º Fórum Mundial da Água

Pela primeira vez no Hemisfério Sul, o 8º Fórum Mundial da Água ocorreu entre os dias 18 e 23 de março em Brasília, reunindo mais de 100 mil representantes de todos os setores nacionais e internacionais.

O Fórum foi uma oportunidade para o Brasil conhecer boas práticas mundiais e debater soluções para a escassez hídrica, que afeta diretamente cerca de 87% da população. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o setor industrial é responsável pelo consumo de 10% da água captada no país, está comprometido com a melhoria da eficiência no uso desse recurso natural. A indústria tem

repensado seus processos, intensificado o uso de tecnologia e qualificado o diálogo com governo e sociedade para debater soluções para a gestão hídrica. Ganhos de eficiência na produção industrial são verificados em praticamente todos os setores e resultam na redução do consumo de água. Também as ações em parceria com organizações da sociedade civil, governos locais e universidades estão cada vez mais presentes nas estratégias corporativas para promover o uso eficiente de água.

Entre as iniciativas do setor produtivo para economizar água estão a troca de equipamentos para reduzir perdas e a adoção de sistemas de recirculação interna da água nas empresas. Um exemplo é o uso da água das pias para a lavagem de pátios e garagens. Em alguns casos, a depender dos requisitos de qualidade, a mesma água pode ser utilizada para o resfriamento de peças. Setores como o siderúrgico, automobilístico e de máquinas e equipamentos reusam mais de 90% da água que consomem.



Dialogar com os governos e com a sociedade é essencial para conhecer melhor os riscos associados à água e desenvolver iniciativas para reduzir a vulnerabilidade aos eventos extremos e garantir o acesso a recursos hídricos em quantidade e qualidade adequados. Nessa agenda, a universalização do saneamento básico torna-se prioritária por permitir a conservação de bacias hidrográficas, melhorar a saúde da população e movimentar a economia.

Fonte: Adaptado Boletim de Sustentabilidade CNI <https://goo.gl/UpGSy2>

Participação Fiesp no 8º Fórum Mundial da Água

Desde 2016, por meio das diversas atividades presenciais e on-line, a Fiesp e entidades do setor produtivo participaram ativamente do processo de organização, construção das propostas, coordenação dos tópicos e busca de cases e soluções do sistema indústria para compartilhamento com o sistema global. A participação da entidade se deu em sessões oficiais, representação no Water Business Day, rodadas de negócios, compartilhamento de cases com palestras no Estande São Paulo, dentre outras participações e realizações.

Processo Regional - Sessão Oficial - O envolvimento da indústria na gestão de recursos hídricos em diferentes regiões

A sessão discutiu boas práticas relacionadas a participação da indústria e seus representantes na gestão da água e como essas práticas podem ser expandidas de forma a melhorar as estruturas de governança e ampliar a eficiência e os benefícios do uso da água. Foram apresentadas experiências do Brasil, EUA e Europa. A Fiesp foi debatedora neste painel.

Processo Temático - Padrão internacional de gestão responsável da água

A sessão analisou a necessidade de um quadro comum de gestão responsável da água e as barreiras institucionais e outros impedimentos para difundir a adoção do processo de certificação e do padrão internacional da Aliança da Gestão Responsável da Água (do inglês Alliance of Water Stewardship). O apoio financeiro, os quadros regulatórios apropriados, os processos robustos de tomada de decisão e as propriedades comunitárias são somente alguns dos ingredientes necessários para que a gestão responsável da água facilite o desenvolvimento sustentável. A Fiesp foi debatedora neste painel.

Processo Temático - Inovação de financiamentos para tecnologia e negócios relacionados à água

A sessão buscou reunir especialistas e líderes de vários setores para apresentar casos bem-sucedidos e propostas para superar os desafios relacionados ao desenvolvimento de parcerias público-privadas e privada-privadas para o avanço do setor de água, incluindo mecanismos e padrões adotados pelo mercado financeiro. O engajamento com a gestão responsável da água e novos negócios podem contribuir para a sustentabilidade e a segurança hídrica. Novas oportunidades relacionadas à economia circular também criam outros nichos para o desenvolvimento, como a abordagem donexo água-energia-alimento. A Fiesp foi painelistas nessa sessão.



Processo Temático - Casos financeiros de investimentos em segurança hídrica

A sessão abordou casos públicos e privados de financiamento da segurança hídrica, em âmbito local, regional, nacional e internacional, possíveis de serem replicados em outras regiões do mundo, focando em aspectos técnicos, legais, institucionais e financeiros. As discussões englobaram as estações de tratamento de água e efluentes, seus processos de reúso, mensurações, outorgas, gestão centralizada e incentivos a instrumentos privados em busca do uso, da gestão e do compartilhamento racional e eficiente da água entre interessados. Além dos mecanismos de financiamento da infraestrutura, foram abordadas as relações com a governança da água, a fim de manter a sustentabilidade institucional e incentivar investimentos e mobilização. A Fiesp moderou essa sessão.



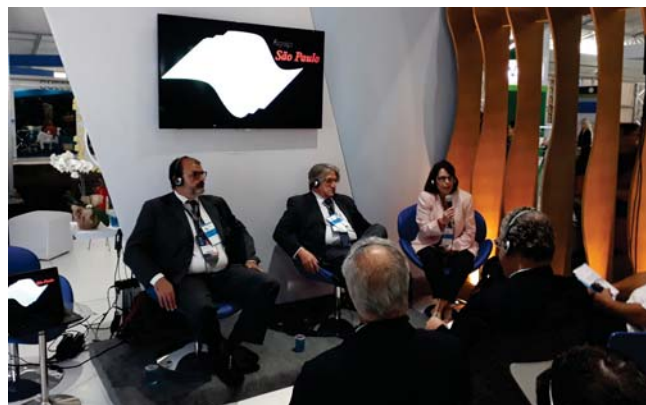
Espaço Brasil - Painel: Soluções Brasileiras para a Gestão de Recursos Hídricos

Abordou produtos e serviços brasileiros de diversos setores que atuam com soluções para a gestão de recursos hídricos. O 3º vice-presidente da Fiesp e do Ciesp e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), Rafael Cervone, foi painelistas do evento.

Water Business Day

Parceria entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Rede Brasil do Pacto Global e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), o Water Business Day tratou de abordagens e soluções inovadoras para garantir e compartilhar a água no setor industrial.

Os workshops trouxeram temas como economia circular para a água, riscos associados à água e sua gestão responsável para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O evento reuniu lideranças empresariais e contou com a participação de associações setoriais, federações de indústria e organismos internacionais. A Fiesp contribuiu com o evento como relatora.



Espaço São Paulo - Água na Indústria

A Fiesp participou do Espaço como debatora na sessão "Água na indústria", em estande do Sistema Integrado de Gerenciamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGRH). O painel abordou a importância de reduzir custos e desperdícios, manutenção e tecnologias nos diversos usos da água.

Lançamento do Livro “A Terra é Azul” de Sylvia Earle

Evento realizado em 28 de fevereiro, o lançamento do título, publicado pela Sesi-SP Editora, contou com debate conduzido pela autora, a bióloga marinha Sylvia A. Earle, a respeito da conservação da natureza, juntamente com o presidente da Fiesp e do Sesi-SP, Paulo Skaf.

A obra discute a urgência de preservar os oceanos. Redigida em estilo agradável e fluido, sem, entretanto, negligenciar em nenhum momento a consistência das informações e a história da utilização dos oceanos. “Vivemos num planeta abençoado por oceanos cheios de vida”, disse Sylvia em sua apresentação. A bióloga destacou que “há muita vida morando no escuro, nos oceanos”. “Estamos começando a descobrir o planeta, a nossa vida depende disso”. Segundo a bióloga, se não há peixes, não há pescadores.

Paulo Skaf enfatizou sobre a necessidade de medidas ágeis e concretas para a preservação eficaz dos oceanos. Por seu trabalho, Sylvia foi eleita pela revista Times “a primeira heroína do planeta”.



Sobre a autora

Sylvia A. Earle é bióloga marinha, oceanógrafa, escritora e palestrante. É graduada pelo St. Petersburg College e pela Florida State University, com mestrado e Ph.D pela Duke University, além de ter recebido 19 doutorados honoris causa. Autora de mais de 175 publicações, suas pesquisas concentram-se na ecologia e conservação dos ecossistemas marinhos, com destaque para algas marinhas e desenvolvimento de tecnologias para acessar e pesquisar o mar profundo.

Fonte: Editado - Agência Indusnet Fiesp

Fiesp e Ciesp conseguem liminar contra mudança no cálculo do licenciamento ambiental

Em 22 de março foi deferida liminar, pleiteada pela Fiesp e pelo Ciesp, em mandado de segurança coletivo contra a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), para a suspensão da aplicação dos efeitos do novo Decreto Estadual nº 62.973/2017 aos associados ao Ciesp e aos filiados à Fiesp.

De acordo com a liminar, o procedimento relativo ao cálculo de preços do licenciamento ambiental e demais documentos emitidos pela Cetesb, como pareceres técnicos e CADRIs, deverão seguir as fórmulas utilizadas anteriormente.

Tal medida foi necessária, pois o novo procedimento de cálculo de preços de licenças e outros documentos foram aumentados de forma desproporcional e irrazoável, sendo constatados aumentos acima de 1.000%, sem guardar relação direta entre o custo e os serviços prestados, onerando de forma exorbitante as empresas que necessitam de licença ambiental e outros serviços e afins. Segue abaixo trecho da decisão:

“...DEFIRO o pedido liminar para que a Autoridade Impetrada se abstenha de aplicar o Decreto nº 62.973/2017 às empresas substituídas das impetrantes, não as sujeitando ao novo procedimento relativo ao cálculo de preços do licenciamento ambiental e ao estabelecimento dos demais preços aos serviços afins até a prolação da sentença, quando a matéria será analisada sob a ótica exauriente, servindo a presente decisão como ofício e mandado.”

Treinamento sobre implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para empresas

A relevância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o setor privado e a busca por conhecimentos práticos cada vez maior por parte das empresas motivou a realização, no dia 27 de março, de mais um workshop SDG Compass: guia de implementação dos ODS para empresas, que reuniu cerca de 80 representantes de empresas e organizações brasileiras na sede da Fiesp. O treinamento, desenvolvido pelo Grupo Temático ODS da Rede Brasil do Pacto Global, em parceria com o Conselho Empresarial Brasileiro para o



Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

Desenvolvimento Sustentável (Cebds) e o Global Reporting Initiative (GRI), aborda os cinco passos contemplados na publicação homônima por meio de conteúdo, cases e dinâmicas.

O intuito foi instruir e incentivar empresas a integrarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em sua estratégia de negócios. O processo, segundo a assessora de Governança e Agenda 2030 da Rede Brasil do Pacto Global, Bárbara Dunin, envolve primeiramente uma autoavaliação das ações da empresa. "Depois de entender quais são os impactos, é preciso estabelecer as metas para potencializar os impactos positivos, mitigar os impactos negativos e comunicar os resultados de forma transparente", afirmou.



Mario Hirose, diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp, enalteceu a parceria com o Pacto Global, Cebds e GRI. "A agenda 2030 é considerada estratégica para a indústria por trazer temas transversais e atividades de impacto nos negócios", afirmou. Também participou do evento Haroldo Machado, assessor sênior do Programa Das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil). Para ele, as metas globais precisam de adaptações para o cenário nacional e a universalidade da agenda não é sinônimo de uniformidade das ações. "Quem busca uma única forma de desenvolvimento está fadado ao fracasso", ponderou.

O SDG Compass

Lançado em novembro de 2015, o Guia SDG Compass foi desenvolvido pelo UN Global Compact, World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e GRI. No mesmo ano, as três organizações lançaram no Brasil a versão traduzida do documento.

Fonte: Editado - Pacto Global- Rede Brasil



Clique no link
<https://goo.gl/r2NSi3>

Revisão da Resolução do Conselho Nacional do Meio ambiente - CONAMA nº 03/1990 sobre padrões de qualidade do ar

A Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos - CTQAGR do CONAMA aprovou, em reunião realizada em fevereiro/2018, proposta para revisão da Resolução CONAMA nº 03/1990, que passará por apreciação na Câmara Jurídica e Plenária do Conselho.

A proposta aprovada foi estruturada mediante as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), considerando seus valores guia de qualidade do ar e seus critérios de implementação de padrões intermediários em quatro Etapas.

Os Padrões de Qualidade do Ar são instrumentos de políticas públicas para diminuição da concentração de poluentes na atmosfera, mas não são autossuficientes para garantir a melhoria da qualidade do ar no país. Conforme guia da OMS, a estruturação, capacitação do país para a realização de análise crítica de informações, considerando modelagens, inventários de emissões e estudos de viabilidade técnica e econômica, permitem a tomada de decisão assertiva, custo-efetiva e transparente para a redução da poluição atmosférica.

Sob essa perspectiva, a proposta apresenta uma significativa evolução em relação a norma vigente, de 1990, definindo prazos e indicando diretrizes para a melhoria contínua do sistema.

Destaques das principais alterações propostas:

- Adoção de valores guia de qualidade do ar iguais ou mais restritivos que as recomendações da OMS de 2005;
- Inclusão de padrões de qualidade do ar para partículas finas (Material Particulado - $MP_{2,5}$) e chumbo;
- Inclusão de concentrações de $MP_{2,5}$, para determinação de episódios críticos de poluição do ar.
- Estabelecimento dos seguintes prazos:
 - Avaliação da Situação da Qualidade do Ar nos Estados para tomada de decisão quanto a migração das Etapas com Padrões Intermediários (mais restritivos) - a cada cinco anos;
 - Apresentação de Relatório de Avaliação da Qualidade do Ar pelos órgãos ambientais – anualmente;
 - Elaboração de Plano de Controle Estadual de Emissões Atmosféricas pelos órgãos ambientais - em até três anos;
 - Elaboração de Guia Técnico para Monitoramento da Qualidade do Ar pelo Ministério do Meio Ambiente - em até 12 meses;
 - Início do processo de revisão da Resolução CONAMA nº 05/1989 sobre o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – em até 12 meses.

Brasil assegura recursos para o clima

Ministério do Meio Ambiente MMA publicou notícia em seu website sobre a aprovação junto ao Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês) de projeto que vai destinar 195 milhões de dólares ao financiamento de medidas que podem significar a redução de 17 milhões de toneladas de CO_2 equivalente nos centros urbanos, no intuito de auxiliar o país a atingir as metas de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) sob o Acordo de Paris.

Os recursos fazem parte de um fundo com capacidade para captar cerca de 1 bilhão de dólares para financiar a atualização tecnológica da iluminação pública em até 36 municípios e a adoção de medidas de eficiência energética de indústrias instaladas em áreas urbanas. O total estimado inclui recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico, de Parcerias Público Privadas, e da Caixa Econômica, que será a administradora.

Segundo o MMA, a implementação do projeto, a cargo do Banco Mundial, se soma às iniciativas brasileiras de redução de gases de efeito estufa, considerando a recuperação de vegetação de florestas, redução do combate ao desmatamento, eficiência energética, energias renováveis e agricultura de baixo carbono.

Fonte: MMA / Matéria completa em: <https://goo.gl/wnoZkS>

Ações regionais e setoriais

Recursos Hídricos - capacitação sobre financiamento público para o setor privado

As regionais do CIESP de Presidente Prudente e Bauru realizaram eventos em parceria com a secretaria executiva do CBH - Pontal do Paranapanema sobre Financiamento Público para o setor privado - usuários de recursos hídricos. O evento teve o propósito de informar aos usuários da indústria os procedimentos para a captação de recurso, a uma taxa de 3% ao ano e 60 meses para pagamento, para investimento em projetos de minimização do consumo de água ou tratamento de efluentes.

Esclarecimentos sobre o Decreto nº 62.973/17, que altera preços de licenças e outros documentos"

Os Grupos de Meio Ambiente das Diretórias Regionais de Jaú e do Alto Tietê realizaram reunião para discutir o Decreto Estadual nº 62.973/17 que trouxe como principais alterações no licenciamento ambiental as novas fórmulas de cálculo das licenças, pareceres técnicos, CADRIs e ainda as mudanças do fator de complexidade (W). O grupo também discutiu sobre as novas ações em andamento sobre logística reversa e planejamento para realização de palestra sobre outorga eletrônica do DAEE.

Audiência Pública EIA/RIMA do Projeto Pré-Sal da Petrobras

Audiência pública ocorreu na cidade de Caraguatatuba, reunindo cerca de 393 representantes da sociedade civil (pescadores, ONGs e de classe) e dos poderes públicos (União, Estado e Município). Na ocasião, a Petrobras prestou esclarecimentos sobre o Projeto Pré-Sal Etapa 3 e apresentou o programa e ações para mitigação de aspectos ambientais significativos. Ibama prestou esclarecimento sobre o rito do licenciamento ambiental, além de obter as contribuições da sociedade civil e demais representantes.

Outros eventos

Prêmio Responsabilidade Socioambiental

A Fiesp fez parte da comissão julgadora do Prêmio Responsabilidade Socioambiental, instituído pela Câmara Municipal de São Paulo, que se destina a homenagear as pessoas físicas ou jurídicas que se destacaram na área de tecnologia do meio ambiente. Os homenageados da edição 2018 serão divulgados na cerimônia de premiação em 04 de junho.

Sindicato Indústria Trigo Estado São Paulo - Sindustrigo

O DDS promoveu apresentação no SINDUSTRIGO para esclarecer sobre os impactos do Decreto Estadual nº 62.973/2017 que trouxe como principais alterações no licenciamento ambiental as novas fórmulas de cálculo das licenças, e as mudanças do fator de complexidade (W), além de modificar significativamente os preços de pareceres técnicos e CADRIs.

A contribuição do setor produtivo paulista para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em 2015, líderes de governo e de estado reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa seção do Informe Ambiental para divulgar os ODS com casos concretos, que podem ser utilizados como benchmarkings.

A seguir, destacamos o caso da Libbs Farmacêutica, que recebeu menção honrosa no Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água de 2017.

Empresa: Libbs Farmacêutica

Projeto: Reúso de água descartada na Libbs Farmacêutica

A Libbs Farmacêutica é uma empresa 100% brasileira, posicionada entre as mais importantes indústrias farmacêuticas do país. Sua planta industrial está localizada no município de Embu das Artes, onde são produzidos seus medicamentos, insumos farmacêuticos ativos, em complexo de laboratórios de pesquisas de novos medicamentos.

O projeto elaborado pela Libbs teve como objetivo recuperar a água descartada no processo de osmose reversa e reutilizá-la nos processos industriais que demandam esse insumo, como as caldeiras e os chillers, além de atividades de limpeza geral, abastecimento de sanitários e jardinagem.

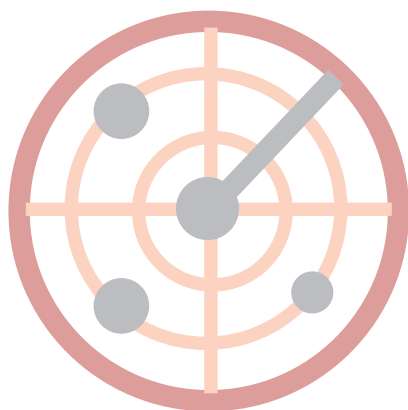
Como resultado, houve a eliminação do descarte de 35 mil litros de água resultante do processo de osmose reversa, transformando essa água de efluente para água de reúso. Com a adoção de melhorias no processo, o consumo específico (volume de água por unidade de medicamento produzida) teve redução de 17%. Essas mudanças proporcionaram a empresa uma economia mensal de R\$ 25 mil.

ODS relacionadas a esse projeto:



Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

No radar



196

Representações em Fóruns/Colegiados

Biodiversidade

Estação Ecológica de Marília e de Avaré

Os Planos de Manejos das unidades de conservação foram apresentados e aprovados pelos conselhos gestores das respectivas estações ecológicas.

Estação Ecológica de Pederneiras

1ª reunião do conselho consultivo da Floresta Estadual de Pederneiras. O objetivo do encontro foi apresentar a caracterização dessa área protegida e iniciar o processo de participação social para a construção de seu plano de manejo, documento que regerá a unidade de conservação nos próximos cinco anos.

Área de Proteção Ambiental do Rio Batalha

Reunião do conselho gestor da APA Rio Batalha, em que foi apresentado o diagnóstico da área e realizada oficina para identificar oportunidades e ameaças à área de proteção ambiental. Durante a oficina, a Fiesp se posicionou a favor do uso de agroquímicos, transgênicos e pulverização aérea, conforme preconizado pelas leis afetas às matérias, trabalhou-se também na melhoria da capacitação do produtor rural presente na APA, bem como apoio técnico ao setor público municipal.

Mudança do clima

Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo - SVMA

Os Grupos de Trabalho sobre Economia Circular e Consumo Responsável e Produção Mais Limpa e Resíduos Sólidos reuniram-se para definir seus escopos e futuras atuações. Foi sugerido pelo DDS que a Secretaria Executiva do Comitê avalie os escopos de atuação dos GTs para evitar sobreposição de trabalhos. Também se destacou a importância do nivelamento de informações referentes ao Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos- PGIRS, quanto às atividades de impacto na geração de gases de efeito estufa no município.

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A Rede Clima reuniu-se para apresentação de alinhamento do setor sobre precificação de carbono, status sobre o projeto POMUC - Programa Políticas sobre Mudanças do Clima sobre questões regulatórias, de custo e implementação de ferramentas de relato, verificação e monitoramento (MRV) de emissões de GEE. Na ocasião também foram discutidas as ações da indústria para o fomento e diagnóstico das iniciativas para Financiamento Climático.

Recursos hídricos

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH)

A Câmara Técnica de Águas Subterrâneas analisou a deliberação do CBH-Pardo nº 244/2017 que delimita áreas de restrição de poços em Ribeirão Preto. A câmara deliberou que os elementos técnicos e normativos presentes nos documentos apresentados pelo CBH-Pardo não permitem, no momento, a aprovação da Deliberação. A câmara sugeriu adequações a serem

feitas no documento, com destaque para a simplificação dos procedimentos para obtenção de autorização para perfuração de poços, bem como atualização de legislações no documento e outras.

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH)

Reunião ordinária da Câmara Técnica de Cobrança do CNRH, em que foi aprovada a deliberação sobre os mecanismos quantitativos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio São Francisco e discutido acerca do impacto de alteração legal quanto a distribuição entre os entes estados/municípios dos recursos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.

Comitês de bacia

FEHIDRO

Os comitês de bacias realizaram reunião plenária para aprovação das deliberações que definem as diretrizes e critérios para financiamento com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos 2018. As próximas ações são as análises dos projetos inscritos.

ALTO TIETÊ

O comitê realizou, durante os meses de fevereiro e março, seis oficinas com temas relacionados ao Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – PBHAT. Nas oficinas foram apresentados o diagnóstico e prognóstico da bacia, bem como proposto plano de ação, que se encontra em análise, à luz das atividades necessárias para equacionar os problemas diagnosticados em suas áreas críticas.

PARANAPANEMA FEDERAL

Realização da primeira reunião do grupo de acompanhamento para a implementação do Plano de Bacia. Nessa reunião foram definidos os responsáveis pelas ações do plano e apresentado o software (gerenciamento de projetos) para ser utilizado como ferramenta de acompanhamento da implementação das ações.

COBRANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Comitê do Rio Paraíba do Sul Federal discutiu e aprovou a proposta de reajuste de 100% dos valores

cobrados pelo uso dos recursos hídricos. A FIESP posicionou-se contrária ao reajuste, destacando a necessidade da agilização dos desembolsos dos recursos já existentes, programas de aplicação para os novos recursos com indicadores claros de melhoria, assim como avaliação segmentada dos impactos da cobrança nos usuários. Também se aprovou um escalonamento do reajuste, sendo 35% em 2019, 35% em 2020 e 30% em 2021.

OUTORGAS

A Câmara Técnica da Indústria do CBH - Piracicaba, Capivari e Jundiá discutiu acerca das novas regras previstas nas portarias e instruções técnicas do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) quanto aos procedimentos de outorgas, com redução da burocracia, um dos pilares de defesa do setor produtivo.

A Câmara Técnica de Cobrança do CBH-Paraíba do Sul discutiu as vazões da outorga emitida para a Sabesp que trata da captação e lançamento entre os Rios Jaguari e Atibainha, entre os municípios de Santa Isabel e Nazaré Paulista. A captação para reversão das águas do Rio Jaguari para o reservatório Atibainha (Sistema Cantareira) ficou autorizada com a vazão média anual de 5,13 m³/s. A importância do tema se dá devido à demanda por água dos usuários industriais de três importantes bacias hidrográficas, que serão afetadas diretamente: Paraíba do Sul, Alto Tietê e Piracicaba, Capivari e Jundiá.

ALTO PARANAPANEMA

A Câmara Técnica de Assuntos Institucionais emitiu parecer sobre a inclusão do município de Piedade na bacia do CBH-Alpa, propôs critérios de pontuação para participação das prefeituras nas plenárias do comitê e deu continuidade a revisão do regimento interno.

VAGAS REMANESCENTES CBH-GRANDE

A comissão eleitoral habilitou os candidatos inscritos no processo eleitoral que irão compor as vagas remanescentes do segmento sociedade civil no comitê.

MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

A Câmara de Monitoramento Hidrológico das bacias PCJ analisou as condições hidrológicas e as necessidades hídricas de descargas, assim como as ações necessárias para limpeza da calha do Rio Atibainha. Na ocasião, também deliberou-se sobre a

contratação de serviços de previsão hidrometeorológico, minuta de propostas de regras operativas para central hidroelétrica no rio Jaguari e quanto as condicionantes previstas na outorga do Sistema Cantareira.

O Grupo de Trabalho-Rede de Monitoramento, submetido à CT, discutiu as propostas de regras operativas com vistas a redução dos impactos aos usuários das bacias PCJ, quando da variação de níveis de vazão.

Ações Setoriais e Regionais

COMISSÃO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL (ODS)

O Grupo de Trabalho intitulado Eixo Econômico realizou o diagnóstico do município de São José do Rio Preto em relação as metas dos ODS, indicando medidas já cumpridas.

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CAMPINAS (COMDEMA)

Na reunião de eleição dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas, o engenheiro Jorge Antonio Mercanti tomou posse como Conselheiro Titular representando o CIESP-Campinas. Segundo o Diretor de Meio Ambiente do CIESP-Campinas, Sr. Stefan Rohr, destacou que a participação no Conselho propicia mais uma oportunidade ao setor industrial, para opinar e encaminhar demandas a respeito das questões ambientais no âmbito municipal, além da possibilidade de interação com os demais segmentos.

Diplomas legais recentes - Federal

Emissões atmosféricas

Instrução Normativa Ibama nº 4, de 14 de fevereiro de 2018

Regula o controle das importações de Hidroclorofluorcarbonos (HCFC) e de misturas contendo HCFC, em atendimento à Decisão XIX/6 do Protocolo de Montreal, e dá outras providências.

Instrução Normativa Ibama nº 5, de 14 de fevereiro de 2018

Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal.

Fiscalização

Instrução Normativa Ibama nº 6, de 15 de fevereiro de 2018

Institui, no âmbito do Ibama, a regulamentação dos procedimentos necessários à aplicação da conversão de multas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Instrução Normativa ICMBio nº 02, de 19 de janeiro de 2018

Dispõe sobre os procedimentos relativos à conversão de multas simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente no âmbito do Instituto Chico Mendes.

Gestão Empresarial Ambiental

Decreto nº 9.295, de 28 de fevereiro de 2018

Institui o Prêmio Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Licenciamento Ambiental

Portaria ICMBio nº 57, de 17 de janeiro de 2018

Institui o Programa de Melhoria da Gestão do Processo Organizacional de Autorização para o Licenciamento Ambiental (PMG – Licenciamento).

Recursos hídricos

Resolução ANA nº 9, de 20 de fevereiro de 2018
Dispõe sobre a redução temporária da descarga mínima dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Caconde e Limoeiro, no Rio Pardo/SP

Substâncias e produtos químicos

Portaria Inmetro nº 46, de 23 de janeiro de 2018
Aprova a revisão da Lista de Grupos de Produtos Perigosos e do Registro de Não Conformidade – RNC.

Projetos de Lei

PL nº 9897/2018

Altera a Lei nº 9.605, de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre o crime de poluição sonora.

PLS nº 23/2018

Dispõe sobre a periodicidade da fiscalização dos estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

PL nº 9734/2018

Dispõe sobre a autorização para captura, coleta e transporte de material biológico no âmbito do licenciamento ambiental

PL nº 9735/2018

Dispõe sobre a exigência de licença ambiental prévia para a licitação de obras públicas.

PL nº 9746/2018

Dispõe sobre a padronização e certificação de procedimentos de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

PL nº 9790/2018

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", a fim de estabelecer preferência no desempate em processo licitatório para empresa que comprove mitigação à mudança do clima.

PL nº 9593/2018

Dispõe sobre restrições à exposição, comercialização e rotulagem da soda cáustica, e dá outras providências.

PL nº 9863/2018

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para assegurar a aplicação de percentual mínimo dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em obras que tenham por finalidade a melhoria da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos da bacia hidrográfica.

PL nº 9791/2018

Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que "Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências" e a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que "Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências", para dispor sobre a emissão e coleta de resíduos sólidos nas praias brasileiras.

PLS nº 90/2018

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais.

PLS nº 93/2018

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos

industrializados sejam obrigados a estabelecer sistemas de logística reversa e reciclagem no prazo de cinco anos.

PLS nº 95/2018

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que

institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor que os municípios com população superior a 300.000 (trezentos mil) habitantes devem instalar e manter pelo menos uma usina de tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Diplomas legais recentes - Estadual

Recursos hídricos

Decreto nº 63.262, de 9 de março de 2018

Aprova o novo Regulamento dos artigos 9º a 13 da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Decreto nº 63.263, de 9 de março de 2018

Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, dos usuários urbanos e industriais, na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Alto Paranapanema.

Portaria DAEE nº 616, de 6 de fevereiro de 2018

Convoca os usuários de água das Bacias Hidrográficas do Aguapeí e Peixe a se cadastrarem no Cadastro de Usuários das Águas do Ato Convocatório do DAEE.

Deliberação CBH-RB nº 225, de 16 de março de 2018

Aprova o Relatório II do Plano da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul 2016.

Deliberação CBH-RB nº 226, de 16 de março de 2018

Aprova a recomposição das Câmaras Técnicas de Planejamento e Gerenciamento (CT-PG), de Educação Ambiental (CT-EA) e de Saneamento (CT-S).

Portaria DAEE 1.630 e 1.631, de 30-05-2017 Retirada em 21-03-2018

Dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa para obtenção de manifestação e outorga de direito de uso e de interferência em recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo

Área de proteção

Resolução SMA nº 4, de 16 de janeiro de 2018

Dispõe sobre os procedimentos preparatórios para a criação do Parque Estadual Águas da Billings e da Floresta Estadual Montanhão, unidades de conservação localizadas no Município de São Bernardo do Campo – SP.

Resolução SMA nº 6, de 18 de janeiro de 2018

Reorganiza o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha do Litoral Sul e Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) do Guará, revoga a Resolução SMA nº 91/08, e dá providências correlatas.

Resolução SMA nº 12, de 20 de fevereiro de 2018

Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Batalha.

Resolução SMA nº 15, de 20 de fevereiro de 2018

Altera a composição do Conselho de Orientação do Parque Jequitibá, administrado pela Coordenadoria de Parques Urbanos, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dispõe sobre o cadastramento de entidades da sociedade civil, e a eleição dos respectivos representantes para integrarem o Conselho de Orientação.

Resolução SMA nº 16, de 20 de fevereiro de 2018

Altera a composição dos Conselhos de Orientação dos Parques Villa-Lobos, Juventude, Água Branca "Dr. Fernando Costa", Belém "Manoel Pitta", Cândido Portinari, Ecológico do Guarapiranga, Gabriel Chucre, Ecológico Várzea do Embu-Guaçu e Chácara da Baronesa, administrados pela Coordenadoria de Parques Urbanos, da Secretaria de Estado do Meio

Ambiente, dispõe sobre o cadastramento de entidades da sociedade civil, e a eleição dos respectivos representantes para integrarem os Conselhos de Orientação.

Resolução SMA nº 18, de 28 de fevereiro de 2018
Institui e designa os membros do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga.

Resolução SMA nº 25, de 13 de março de 2018
Dispõe sobre procedimentos para a instituição dos Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável administradas pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, e revoga disposições em contrário.

Resolução SMA nº 34, de 28 de março de 2018
Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (Feena).

Portaria FF nº 14, de 22 de janeiro de 2018
Dispõe sobre a reorganização do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental APA Ibatinga, biênio 2018-2020.

Portaria FF nº 19, de 01 de fevereiro de 2018
Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo do Parque Estadual Restinga de Bertiooga, biênio 2017-2019.

Gestão Ambiental

Resolução SMA nº 20, de 01 de março de 2018
Institui, no âmbito do Sistema Ambiental Paulista, o Projeto denominado Processo Informatizado da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Prisma) para a implantação do sistema e-ambiente.

Resolução SMA nº 22, de 6 de março de 2018
Dispõe sobre a localização das unidades descentralizadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como seus limites geográficos de atuação.

Licenciamento Ambiental

Resolução SAA nº 9, de 19 de março de 2018
Dispõe sobre autorização para o Instituto de Pesca adotar as medidas necessárias à obtenção de licenciamento ambiental do Parque Aquícola que especifica.

Comunicado Consema s/nº, de 21 de março de 2018
Comprovação de capacitação do município de Suzano para exercer as competências administrativas do licenciamento ambiental municipal.

Projetos de Lei

PL nº 147/2018

Dispõe sobre o registro de empresas, o cadastro de produtos e a fiscalização do uso, do consumo, do comércio, do armazenamento, do transporte, da prestação de serviço na aplicação e da destinação de embalagens dos agrotóxicos e afins de uso fitossanitário em área agrícola, altera a Lei nº 15.266/13, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

Outros serviços

Portal bolsa de resíduos

Cadastro que permite às empresas divulgarem gratuitamente as ofertas de compra e venda de resíduos industriais.

Cadastro eletrônico de prestadores de serviços

Banco de dados de prestadores de serviços, fabricantes e consultores na área de meio ambiente.



Clique no link

<http://www.fiesp.com.br/servicos/bolsa-residuos-fiesp/>
<http://www.fiesp.com.br/servicos/cadastro-eletronico-de-prestadores-de-servicos-ambiental/>

Avisos

Cobrança pelo uso da Água

Ato Convocatório para implantação da Cobrança pelo Uso da Água - Comitê de Bacia do Aguapeí e Peixe

Por intermédio da Portaria DAEE nº 616, de 6 de fevereiro de 2018, foi fixado o prazo de **07/02/2018 a 08/05/2018** para que todos os usuários outorgados de água confirmem e/ou alterem os dados relacionados aos seus usos (captação, consumo e lançamento) para efeito de cálculo dos valores correspondentes e respectiva emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água na Bacia do Aguapeí e Peixe.



Clique no link

<http://www.atoconvocatorio.dae.sp.gov.br>

TRANSIÇÃO NORMA ABNT NBR ISO 14001: 2015

Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos com orientação para uso

O período de transição da ISO 14001:2015 encerra-se em setembro de 2018. A partir desta data, os certificados obtidos pelas organizações com base na versão anterior, de 2004, não serão mais válidos.

Desta forma, é importante que a organização fique atenta a implementação das ações necessárias para adaptação à nova norma, com destaque para as seguintes atividades:

- Comparação do SGA atual com os novos requisitos da ISO 14001;
- Desenvolvimento de um plano de ação com base na análise comparativa para atendimento da nova versão da norma;
- Treinamento dos principais envolvidos na implantação;

- Implementação das ações necessárias para adequar o SGA para atendimento aos novos requisitos da norma;
- Verificação da efetividade das ações implementadas.

Com o objetivo de orientar as empresas neste processo de transição, o DDS elaborou documento com todas novidades da nova versão e encontra-se disponível no endereço: Link encurtado: <https://goo.gl/9qhA1s>

PUBLICADA A ABNT NBR ISO 45001: 2018

Sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional - Requisitos com orientação para uso

O documento fornece um conjunto de processos para auxiliar a gestão de processos de segurança do trabalho nas cadeias de suprimentos globais. Norma projetada para organizações de todos os tamanhos e indústrias.

A ISO 45001 foi elaborada para se integrar com outros padrões de sistemas de gerenciamento ISO em compatibilidade com as novas versões da ISO 9001 (gestão da qualidade) e ISO 14001 (gestão ambiental), prevendo maior facilidade de implementação nos casos de empresas que já são certificadas em normas ISO de gestão.

A norma ISO 45001 substituirá a OHSAS 18001, que foi amplamente adotada junto a uma série de outras normas nacionais. As organizações certificadas na norma OHSAS 18001 terão o prazo de três anos para migrar para a nova norma, antes que a OHSAS 18001 seja revogada em março de 2021.

Fonte: Editado de Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Matéria na íntegra: <https://goo.gl/yNWwBT>

CONSULTA PÚBLICA SOBRE CONTROLE DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA POR VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS

O Ibama iniciou consulta pública para obter contribuições relacionadas à proposta elaborada pelo Governo do Estado de São Paulo de Resolução Conama sobre novas exigências de limitação na emissão de gases de efeito estufa para veículos automotores leves novos de uso rodoviário, motores e veículos pesados, e motocicletas e veículos similares no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Motocicletas e Veículos Similares (Promot).

Como participar:

Os interessados devem ler a minuta de Resolução e preencher o formulário de contribuições. As contribuições serão para cada uma das seções da normativa e devem englobar todos os artigos daquela seção. Cada campo de contribuição está limitado, por padrão, em 3.000 caracteres.

Para auxiliar no preenchimento, sugere-se que o texto da minuta seja acompanhado em paralelo para ajudar na identificação da seção em que gostaria de contribuir.

Prazo

O envio de comentários e sugestões poderá ser feito até 04 de maio de 2018.

Fonte: Ibama

Maiores informações e formulário de contribuições estão disponíveis no link: <https://goo.gl/7bMgwc>

Agende-se



DIREITOS DA NATUREZA
Semana Estadual do Meio Ambiente

04.06.18 | 8h30 às 17h30

Câmara Municipal de São Paulo - Salão Nobre
Vd. Jacareí, 100- 8º andar



SAVE THE DATE



SISSMA

Simpósio Internacional de Soluções
Sustentáveis para o Meio Ambiente

26/06 - Auditório Ecomondo Brasil - Transamerica Expo Center



SEMANA DO MEIO AMBIENTE

DE 04 A 08 DE JUNHO DE 2018



Programação especial com painéis exclusivos
e a participação de grandes profissionais da área.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS

O prazo para entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais será prorrogado até 30 de abril

Brasília (27/03/2018) – A entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP) foi prorrogada de 31 de março para 30 de abril de 2018.

O Ibama recomenda que os usuários evitem deixar a entrega para as últimas semanas. Um grande volume de acessos simultâneos pode sobrecarregar os sistemas.

O Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP), previsto na Lei nº 6.938/81 (§ 1º, Art. 17-C), é um instrumento de coleta de informações de interesse ambiental com o objetivo de colaborar com procedimentos de controle e fiscalização, além de subsidiar ações de gestão ambiental. Sua entrega é obrigatória para pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades sujeitas à cobrança de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).

Regulamentado pela IN Ibama nº 06/2014, o RAPP é composto por formulários eletrônicos divididos em temas específicos. O número e os tipos de formulários a serem preenchidos varia em função das atividades registradas no CTF/APP.

Para acessar o RAPP vá até a página de Serviços do Ibama. Dentro do sistema, passe a seta do mouse no menu "Relatórios" sub-menu "Atividades - Lei 10.165/00".

Fonte: IBAMA

<http://www.ibama.gov.br/>

CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO - Cgen

O conselho de gestão do patrimônio genético – Cgen estabeleceu a data de 31 de julho de 2018 como prazo final para que os usuários que tenham iniciado o processo de regularização antes da data de entrada em vigor da Lei nº 13.123, de 2015, e, a seu critério, tenham optado por repartir benefícios de acordo com os termos da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, conforme previsto no § 4º do art. 41 da Lei nº 13.123, de 2015, apresentem o Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios (CURB) ou o Projeto de Repartição de Benefícios a ser anuído pelo CGen.

Os usuários que não apresentarem o CURB ou o Projeto de Repartição de Benefícios no prazo estabelecido devem repartir benefícios de acordo com o disposto na Lei nº 13.123, de 2015.

Expediente

O Informe Ambiental é uma publicação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e Diretoria do Ciesp. Circulação mensal.

Fotografias: Everton Amaro, Helcio Nagamine

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos é necessário que faça o cadastro através do link <http://www.fiesp.com.br/cadastro>